

Declaração de Propósito

O desenvolvimento está a ocorrer num ambiente complexo e incerto de riscos - ao mesmo tempo que as actuais vias de desenvolvimento estão a criar riscos a um ritmo mais rápido do que aquele a que podemos gerir. O risco tem que ser entendido como sendo interdependente e sistemático. A redução do risco de desastres não é suficiente - precisamos de transformar as nossas vias de desenvolvimento num desenvolvimento informado sobre os riscos. É fundamental desenvolver capacidades e promover um ambiente propício à tomada de decisões informadas sobre os riscos. A promoção da participação de todos os membros da sociedade e a abordagem sistemática das desigualdades são pedras angulares do desenvolvimento informado sobre os riscos. Não existe um modelo universal - o desenvolvimento informado sobre os riscos tem que ser adaptado ao contexto, com flexibilidade suficiente para ser reavaliado e adaptado continuamente. A tomada de decisões informada sobre os riscos é um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável e fundamental para evitar a criação de riscos. Com base na integração de processos de Desenvolvimento Informado sobre o Risco (RID) aos níveis nacional e/ou subnacional da SADC e em conjunto com outros projectos de cooperação técnica alemã, este relatório sintetiza as lições aprendidas no sector urbano. O relatório fornece um resumo das lições aprendidas para o RIUD em cinco grupos principais, nomeadamente: 1) Configurações legais e organizacionais; 2) Configurações programáticas e accionáveis; 3) Orçamento e financiamento; 4) Avaliação de risco e opções de mitigação e; 5) Fluxos de dados e informação e apresenta uma série de recomendações para intercâmbio e consideração adicionais. É fornecida uma visão geral dos contributos dos especialistas e das sessões ainda acessíveis na Internet ao longo do LEP e do Roteiro para Tornar as Cidades Resilientes 2030 (MCR2030).

Tabela de conteúdos

1. Contexto	1
2. O processo de aprendizagem sobre o desenvolvimento urbano informado sobre os Riscos	2
3. Lições aprendidas e principais conclusões para a RIUD	3
3.1 Configurações legais e organizacionais	3
3.2 Configurações programáticas e de coordenação	4
3.3 Orçamento e financiamento	5
3.4 Avaliação dos riscos e opções de adaptação	5
3.5 Fluxos de dados e informações	5
4. Recomendações para a RIUD na SADC	6

1. Contexto

As cidades africanas enfrentam um crescimento exponencial com tendências de urbanização não planeadas e vulnerabilidades que ameaçam desfazer os ganhos de desenvolvimento urbano da SADC e aumentar a desigualdade, assim, a exposição da maioria da população aos riscos de desastres e, em última análise, a sua vulnerabilidade aos desastres. A rápida transformação urbana significou que as cidades Africanas têm visto um crescimento exponencial da população urbana de aproximadamente 70 milhões em 1970 para 294 milhões em 2010 e está projectado para atingir 621 milhões em 2030 e, quase duplicará para 1.2 biliões em 2050. Esta tendência pode também ser observada na região representada pela SADC. De facto, os 16 Estados Membros da SADC encontram-se entre os países com a urbanização mais rápida do mundo. A urbanização sem precedentes é, sem dúvida, a

transformação mais significativa que os países africanos irão experimentar neste século, e que apresenta tanto desafios como oportunidades, incluindo o aumento do risco de desastres urbanos. Apesar da baixa contribuição de África para as emissões de gases, o continente continua a ser o mais vulnerável a perigos e factores de risco como as alterações climáticas e a variabilidade climática. A população urbana significativamente grande e as projecções futuras estão diretamente relacionadas com a exposição e a experiência de perdas por desastres. Devido à falta de capacidade local e de meios financeiros para gerir este rápido crescimento urbano, grande parte da expansão urbana tem tido lugar fora ou na ausência de quadros de planeamento formais conformes com as leis e regulamentos nacionais. A expansão urbana é uma experiência comum entre as povoações de todo o continente, caracterizada pela criação de uma elevada vulnerabilidade e, por conseguinte, de um elevado risco de desastre devido às más condições de vida e à falta de serviços básicos e sociais. Enquanto a Redução do Risco de Desastres (DRR) se tornou um tópico importante na agenda da SADC, a pesquisa revela que a dimensão urbana dos riscos é ainda insuficientemente reflectida no pacote global de competências institucionais, organizacionais e capacidades através da SADC, os seus Estados Membros (MS) e os Governos Locais.

Isso deve-se, entre outros factores, ao facto de o desenvolvimento se processar num ambiente de riscos complexo e incerto - ao mesmo tempo que as actuais vias de desenvolvimento estão a criar riscos mais rapidamente do que conseguimos geri-los. O que ainda não está devidamente implementado é o facto de o risco ser entendido como interdependente e sistemático, permitindo transformar as nossas vias de desenvolvimento num desenvolvimento informado sobre os riscos. A criação de capacidades e a promoção de um ambiente propício à tomada de decisões informadas sobre os riscos é fundamental e tem de ser adoptada. Sem um projecto universal, é evidente que o desenvolvimento informado sobre os riscos tem que ser adaptado ao contexto, com flexibilidade suficiente para ser reavaliado e adaptado continuamente.

Embora o Secretariado da SADC tenha produzido o Quadro de Trabalho Regional de Resiliência da SADC 2020-2030, que foca principalmente nas prioridades "Infra-estruturas Robustas e Interligadas" e "Centros Urbanos Sustentáveis", dando atenção especial aos respectivos objectivos de compreender as ligações entre infra-estruturas, as suas interdependências e possíveis mecanismos de falha, bem como apoiar a adopção de resiliência no planeamento urbano e a integração de soluções baseadas na natureza no planeamento e desenvolvimento urbanos, ainda não foram amplamente desenvolvidos.

2. O processo de aprendizagem sobre o desenvolvimento urbano baseado no risco

O reforço contínuo das capacidades a nível local requer a incorporação e a garantia de um maior conhecimento e compreensão dos conceitos fundamentais relacionados com a DRR, bem como a forma de avaliar as lacunas de resiliência e reconhecer as práticas de resiliência existentes. A "Correção do curso médio a partir das perspectivas das autoridades locais e dos profissionais urbanos sobre a redução de riscos desde 2015" inclui formas de acelerar o progresso na implementação do Quadro de trabalho de Sendai para a Redução de Desastres a nível local (UNDRR 2022), destacando a necessidade urgente de: a) fortalecer as capacidades para reduzir a vulnerabilidade urbana e construir resiliência, b) permitir a aprendizagem entre pares, partilhar conhecimentos, lições aprendidas e boas práticas na vanguarda da prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação.

Com foco na África Subsariana e, especificamente, na região da SADC, o processo de aprendizagem (LEP) sobre o desenvolvimento urbano informado sobre o risco foi implementado pela GIZ através da abordagem integrada da Iniciativa Global sobre Gestão de Risco de Desastres (GIDRM) e da "Connective Cities - Comunidade de Prática para o Desenvolvimento Urbano Sustentável". Contribuindo para o desenvolvimento de conceitos de

medidas e/ou projectos para práticas de DRM inclusivas e equitativas em termos de género, baseadas na análise participativa de riscos através da sinergia do LEP sobre RIUD, o processo de aprendizagem permitiu a utilização de uma plataforma de aprendizagem e intercâmbio e com barreiras reduzidas para o desenvolvimento urbano informado sobre os riscos na SADC, que foi utilizada por actores regionais, nacionais e locais governamentais e não governamentais, facilitando a integração da tomada de decisões informadas sobre os riscos nas dimensões horizontal e vertical. O LEP sobre RIUD focou-se, entre outras coisas, na prioridade de "Centros Urbanos Sustentáveis" do Quadro de Trabalho Regional de Resiliência da SADC 2020-2030. As lições deste LEP são o resultado de uma série de intercâmbios entre pares sobre a gestão de risco de desastres para o desenvolvimento urbano informado sobre o risco, bem como apresentações de especialistas ao longo de uma implementação de 12 meses que, em suma, visava:

1. Apoiar as cidades/municípios participantes no **desenvolvimento de soluções** para enfrentar os riscos através da **aprendizagem entre pares** e de **aconselhamento técnico personalizado**;
2. Fornecer uma plataforma para o intercâmbio (exemplos práticos e conhecimentos especializados) entre profissionais (da **África Subsariana, com destaque para a SADC e a Alemanha**) das RECs, governos nacionais/locais, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e sector privado **para reforçar as capacidades** das cidades/municípios à medida que trabalham nas suas soluções;
3. Complementar o **desenvolvimento da solução com aconselhamento financeiro**, a fim de preparar a apresentação de propostas de financiamento;
4. **Documentar as melhores práticas** e produzir resumos de políticas para orientar as cidades/municípios, a fim de informar as reformas jurídicas destinadas a melhorar o desenvolvimento urbano informado sobre os riscos, e
5. Facilitar o **desenvolvimento de soluções escaláveis e/ou replicáveis**, criando simultaneamente uma **rede de cidades e uma rede de especialistas**, abordando interdependências multi-actores, multiníveis e intersectoriais, com o objectivo de **fortalecer a governação dos riscos e o desenvolvimento informado sobre os riscos**.

No âmbito do objectivo do LEP sobre RIUD, as lições aprendidas e as principais conclusões para RIUD foram agrupadas em cinco grupos principais, nomeadamente: 1) Configurações legais e organizacionais; 2) Configurações programáticas e accionáveis; 3) Orçamento e financiamento; 4) Avaliação de riscos e opções de mitigação e; 5) Fluxos de dados e informação. A seguir à descrição dos resultados de cada grupo temático, é apresentada uma série de recomendações na secção 4 para posterior intercâmbio e análise. Igualmente relevantes para o LEP sobre RIUD, foram as sessões de especialistas que acompanharam e complementaram o intercâmbio entre pares. No "Anexo 1: Sessões de especialistas para a RIUD e o Roteiro para Tornar as Cidades Resilientes 2030 (MCR2030)" é apresentada uma sinopse de todas as sessões.

3. Lições aprendidas e principais conclusões para a RIUD

3.1 Configurações legais e organizacionais

A maioria das partes interessadas relatou e realizou o seu trabalho em silos, levando a que as capacidades e instalações disponíveis fossem utilizadas de forma ineficiente. Devido às ineficiências, os perigos transformam-se frequentemente em desastres, exigindo a necessidade de quebrar os silos para uma melhor coordenação e/ou articulação e alinhamento dos mandatos. Um aspeto adicional aponta para a falta de quadros de DRM que

forneçam orientações de coordenação, aumentando a probabilidade de perigos que ocorrem se transformarem em perigos múltiplos e, finalmente, em desastres. Por sua vez, nos casos em que foram identificados institucionais vazios e/ou quadros de trabalho de DRM em falta, o papel dos institutos de pesquisa e/ou das universidades desempenha um papel vital na ocupação de alguns desses lugares vazios. Especificamente, o envolvimento do mundo acadêmico para fins de DRM, enquanto prestadores de serviços a entidades governamentais, fortalece a interface política-pesquisa, fornecendo bases rigorosas para a tomada de decisões. Independentemente de tal poder alienar o objectivo das universidades e/ou dos institutos de pesquisa, as entidades governamentais recorrem às universidades e/ou aos institutos de pesquisa para obter provas nos processos de tomada de decisão. Outro mecanismo relacionado com esquemas de coordenação inexistentes ou fracos é a governação a vários níveis, ou seja, entre os níveis regional - nacional - provincial - municipal e/ou sectorial, em que não é possível estabelecer consensos e/ou interfaces. Os resultados mostraram que, para uma melhor governação a vários níveis, os parceiros internacionais de cooperação ou de execução direta podem desempenhar um papel central na convocação, moderação e mobilização de várias partes interessadas. Os quadros de trabalho legais que foram relatados para fazer provisões para mecanismos de coordenação a nível nacional, provincial, distrital e de aldeias incluíram a Lei de Gestão de Desastres (2010) da Zâmbia.

Além dos quadros de trabalho legais, os resultados também destacaram a relevância do "mecanismo de coordenação tradicional", que tem um foco mais forte na prontidão, combinando o envolvimento dos habitantes locais, "comités de protecção civil", a Cruz Vermelha, os Bombeiros, e a Polícia, exemplos específicos de esquemas institucionalizados que relatam uma combinação de mecanismos de coordenação endógenos e exógenos, de cima para baixo e de baixo para cima, incluindo a "Associação das partes interessadas" de Eswatini que são orientados pelas "Agências Regionais e Nacionais de Gestão de Risco de Desastres". Desenvolvimentos promissores semelhantes para um mecanismo de coordenação melhorado foram identificados na Namíbia, que partindo da interface entre a Direcção de Gestão de Risco de Desastres no Gabinete do Primeiro Ministro e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Rural têm activamente desempacotado a "Lei de Gestão de Desastres Num. 10 de 2012" e analisado as interfaces legais entre os quadros de trabalho existentes como i.e. as "Autoridades Locais", "Bombeiros" para habilitar os "Comités de Gestão de Desastres das Autoridades Locais".

3.2 Configurações programáticas e de coordenação

Em complemento ao facto de a maioria das partes interessadas ter relatado trabalhar em silos, e que a sua quebra poderia levar a uma melhor coordenação e/ou articulação de mandatos, os resultados mostraram alguns exemplos em que a cooperação horizontal entre outros departamentos municipais pode funcionar e, principalmente, ser condicionada pelo conhecimento das competências específicas dos outros departamentos por parte dos funcionários públicos. A prossecução activa de um entendimento construtivo de mandatos e competências dentro da mesma organização e das suas instituições, e para além delas, serve para fechar lacunas institucionais, fortalecendo assim uma abordagem preventiva e de precaução, juntamente com a coerência da agenda.

O exemplo do município de eThekweni em KwaZulu-Natal, na África do Sul, foi particularmente interessante, uma vez que os agentes de mudança abordaram activamente as interligações a nível horizontal. Embora o papel dos "Agentes de Mudança" não tenha sido um aspeto discutido de forma proeminente, os resultados mostram que, para além da importância que os responsáveis políticos têm na criação de sinergias entre departamentos, municípios e universidades, os agentes de mudança são fundamentais para a sustentabilidade e continuidade desse processo.

Embora os resultados tenham identificado algumas consequências dos vácuos institucionais e/ou da falta de quadros de trabalho de DRM para uma melhor coordenação, os resultados também mostram que os planos de acção podem tornar-se a base de coordenação para os departamentos intersectoriais. Um exemplo disso é o "Plano de Acção Climática de Durban", que apela à participação de departamentos como "Gestão de Desastres", "Assentamentos Humanos", "Gestão Baseada em Áreas", "Planeamento Ambiental e Protecção Climática", "Unidade de Engenharia", "Parques, Recreação e Cultura" e "Ordenamento Territorial", além das fronteiras sectoriais. Ao nível do projecto, os resultados identificaram o "Programa de gestão ribeirinha transformadora (TRMP)", que foi iniciado pelo sector da água em eThekweni, e que cruzou os benefícios fora do sector, tornando-se um veículo para a preparação holística de inundações e a redução de riscos em povoações informais, configurando também um sistema de alerta precoce adaptado e comunicado aos habitantes das povoações, desde a sala de controlo de gestão de desastres até ao município, à universidade e aos representantes das povoações informais como líderes de equipas de resposta formadas.

3.3 Orçamento e financiamento

Os resultados mostraram que o orçamento e o financiamento na região ainda se concentram principalmente na resposta e recuperação de desastres. Alguns Estados Membros da SADC têm fundos de desastres em vigor, i.e., para tendas e comida. Contudo, enquanto a gestão de risco de desastres é orçamentada a nível nacional e principalmente gerida a nível nacional, a competição para a alocação a nível sub-nacional para qualquer assunto de DRM foi observada. Os resultados também mostraram que os parceiros internacionais de cooperação têm uma abordagem e foco similar aos níveis nacionais, principalmente na resposta a desastres. Com uma desconexão entre a orçamentação e a alocação, entre a preparação e a resposta internacional e nacional em medidas de DRM, as cidades são frequentemente desafiadas a desenvolver e implementar planos de preparação por si próprias e através de outras despesas orçamentais. Por outras palavras, a prevenção foi assumida pelos municípios, por exemplo, quando Manzini, em Eswatini, desenvolveu mapas de perigos que informam as medidas de redução da vulnerabilidade, os comités endógenos/locais preventivos e reactivos continuam a ser os mais eficazes em comparação com os comités organizados a nível nacional em DRC, etc., e foram identificados efeitos de influência na combinação de DRR e adaptação às alterações climáticas para efeitos de financiamento. Entre os exemplos de evolução no sentido de uma gestão global dos riscos contam-se os "Planos de Acção de Resiliência" de Zomba, no Malawi

3.4 Avaliação dos riscos e opções de adaptação

Os resultados mostraram algumas das ferramentas de avaliação de risco de desastres e quadros de trabalho que foram pilotados com sucesso na região da SADC i.e., a "Análise de resiliência baseada na comunidade" (CoBRA), "Assistência Técnica às Organizações Não-Governamentais" (TANGO) e o "Quadro de trabalho de Capital Comunitário". No decurso destas avaliações, foi sublinhado que os riscos têm de ser avaliados como um sistema complexo, no qual o comportamento e a tomada de decisões na rede determinam a exposição e a vulnerabilidade a todas as escalas. Conscientes da natureza sistemática dos riscos, as opções de mitigação para a prevenção de inundações foram categorizadas em medidas de engenharia duras e suaves. As medidas duras referem-se, por exemplo, a diques e muros de retenção de cheias, ou à resistência a cheias de estruturas já construídas, etc.; enquanto as medidas suaves incluem, por exemplo, a alteração dos actuais regulamentos de utilização dos solos, seguros contra cheias, sensibilização e educação dos cidadãos para o risco de cheias e investimento em sistemas de dados rigorosos, etc. Exemplos específicos dos resultados incluíram o fortalecimento dos códigos de construção e dos regulamentos de construção de Chililabombwe, a gestão abrangente dos rios, o combate à desflorestação e às alterações do uso da terra para a população crescente em redor do Lago Vitória, a restauração de coberturas de terra nativas e a conservação destas em Quelimane. Os resultados

adicionais apontaram para uma "classificação de inundação" que, como medida de engenharia suave adaptada e comprovada no Gana, avalia as propriedades de risco de inundação (residenciais), fornece recomendações específicas de medidas para reduzir o risco de inundações e permite que os proprietários residenciais se empenhem em tomar as medidas necessárias para melhorar o seu "valor de indicação". A "Iniciativa de classificação das inundações" apresentou opções sobre a forma de informar os habitantes urbanos a fazerem escolhas informadas sobre compra de edifícios residenciais, bem como de incentivar o mercado imobiliário a desenvolver edifícios menos expostos e vulneráveis.

3.5 Fluxos de dados e informações

As fontes de informação dispersas e os dados não padronizados são um desafio recorrente na região. Os resultados mostraram que, no caso de desastres e quando as capacidades são limitadas, os meios de comunicação social tornam-se indiretamente a fonte de verificação para a tomada de decisões. Embora isto não implique uma crítica, mas sugira uma janela de oportunidade, os sistemas de alerta precoce e os dados de risco (envolvendo os Serviços/Departamentos Meteorológicos para o desenvolvimento e comunicação de EWS) também foram descritos como favorecendo o investimento nacional e internacional.

Do ponto de vista da comunicação, os resultados mostraram que a utilização de dias internacionais pode tornar-se um ponto de influência para a sensibilização e o envolvimento das partes interessadas, especificamente ao mostrar as interligações entre a adaptação às alterações climáticas, a DRR, o desenvolvimento informado sobre os riscos e a ocasião do dia internacional. Como meio de comunicação, para além do texto escrito, a arte tornou-se também um meio que transcende barreiras (linguagem técnica, cultura, geografia, idade e antecedentes).

4. Recomendações para a RIUD na SADC

As seguintes conclusões e/ou recomendações foram apresentadas com base em todas as lições aprendidas com o LEP da RIUD. As recomendações são articuladas de acordo com a estrutura das recomendações fornecidas pela "Avaliação Regional sobre a Vulnerabilidade e Resiliência Urbanas nos Estados Membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral - Fortalecimento das Capacidades para Reduzir a Vulnerabilidade Urbana e Construir Resiliência na África Austral" (UNHabitat, 2022), mas extraídas do LEP para a RIUD da seguinte forma:

Melhorar as políticas, a legislação e as estruturas institucionais e organizacionais com uma abordagem mais focada no desenvolvimento informado sobre os riscos

- Os riscos são criados pelas nossas decisões de desenvolvimento (sectoriais)
- Os riscos já não são uma questão isolada, mas estão cada vez mais interligados e são cada vez mais sistemáticos
- A integração da adaptação às alterações climáticas, bem como das medidas de DRR, é um imperativo para o desenvolvimento sustentável.
- Investir em processos de tomada de decisão baseados em provas para garantir que os riscos sejam integrados nas decisões de desenvolvimento
- Assegurar que o tipo de políticas que são adoptadas são também informadas sobre os riscos
- Assegurar que o desenvolvimento informado sobre os riscos informa as escolhas e decisões a todos os níveis e está centrado nas pessoas
- Fortalecer os responsáveis pela tomada de decisões (incluindo os parlamentos nacionais e locais) para que incluam um desenvolvimento informado sobre os riscos.
- A arquitetura internacional dos ICPs requer uma recalibração para que a

adaptação às alterações climáticas e a redução do risco de desastres sejam mais bem integradas e financiadas de forma eficiente.

- Identificar pontos de entrada entre a DRR e a CCA que permitam uma reposição no seio das organizações e entre elas (quebrar silos)
- Identificar pontos de entrada entre a DRR e a CCA que permitam uma reposição dentro e entre organizações (quebrar silos)
- Assegurar a colocação adequada das unidades de coordenação da gestão do risco de desastres dentro das cidades, a fim de lhes dar a autoridade necessária e o poder de convocação em questões de DRM e RID integradas por departamentos e unidades operacionais.

Investir no desenvolvimento de capacidades, na gestão do conhecimento e da informação

- Sensibilizar a população sobre os riscos (perigos, vulnerabilidade, exposição)
- Formar e/ou desenvolver as capacidades necessárias para reduzir a vulnerabilidade e a exposição da população local
- Educar com conteúdos que promovam a adaptação e a acção climática
- Partilhar informações com os líderes comunitários para a preparação para desastres
- A partilha de informações e conhecimentos, bem como o mapeamento de perigos a nível comunitário, são elementos-chave para as estratégias de preparação para desastres nas cidades e governos locais.
- As ferramentas existentes para a aplicação da DRR-CCA podem ser utilizadas e já foram pilotadas; ao utilizá-las, é necessário garantir que vários intervenientes disponham das ferramentas e dos processos que lhes são conhecidos e que não sejam exclusivos das entidades administrativas
- Investir na produção e disponibilidade de dados para melhorar a comunicação e, assim, evidenciar os processos de tomada de decisão para um desenvolvimento urbano informado sobre os riscos.

Fortalecer o planeamento urbano regional e nacional para aumentar a resiliência

- As cidades tornaram-se os centros da actividade humana e, por isso, estão expostas à confluência de riscos
- Fortalecer os governos locais, uma vez que estes estão na primeira linha da preparação para desastres.
- Apoiar a colaboração transfronteiriça da governação local para assegurar a assistência mútua e a colaboração no planeamento, preparação e operações de resposta, bem como a partilha de recursos, sempre que necessário.
- O desenvolvimento urbano informado sobre os riscos é tão relevante, bem como a garantia de que esta prática se estende à escala urbana, o que significa que assegura um pensamento sistemático e reúne todos os actores e partes interessadas relevantes.
- Planear com as pessoas e não para as pessoas
- Devem ser asseguradas maiores sinergias, por exemplo, olhando para a NUA, o Quadro de trabalho de Sendai sobre a DRR
- O mapeamento da vulnerabilidade exige equipas interdisciplinares que implicam o envolvimento de departamentos diferentes e serviços na avaliação das opções.
- Com uma população jovem em termos demográficos, África está entre as regiões de urbanização mais rápida do mundo, é imperativo que as intervenções de desenvolvimento e as abordagens RID se centrem nestas cidades em África, uma vez que muitas delas são cidades emergentes, em transição, intermediárias e/ou fronteiriças, etc. O apelo a intervenções sobre o desenvolvimento informado sobre os riscos é AGORA e não mais tarde, no âmbito da adaptação das infra-

estruturas.

Financiamento dos riscos de desastres e considerações socioeconómicas

- Investir em medidas de reforço das capacidades que nivelam as fontes de financiamento da RID e da adaptação às alterações climáticas.
- Ao longo das decisões de desenvolvimento privadas e/ou individuais, os cidadãos têm que ter opções e estar conscientes da forma como a RIUD assegura a sobrevivência económica das cidades
- Considerar a igualdade de género, os grupos diferentes de vulnerabilidade e medidas de adaptação diferenciadas
- Grupos vulneráveis que se encontram principalmente nos assentamentos informais e que afectam desproporcionalmente mais mulheres e crianças.
- Os residentes urbanos são afectados de forma diferente durante a implementação dos projectos, sendo necessária uma atenção especial para os grupos diferentes no fornecimento de soluções.
- Apreciar os papéis e poderes/níveis de vulnerabilidade das partes interessadas diferentes também durante a implementação de projectos de desenvolvimento.
- Os papéis dos géneros diferem de uma sociedade para outra.
- Reconhecer que as comunidades associam as zonas expostas a riscos elevados ao seu modo de vida e que, para reduzir os seus riscos de desenvolvimento, bem como os ganhos de desenvolvimento das cidades, é necessário alterar as opções de normas sociais e económicas
- As cidades devem tornar todos os seus projectos resistentes às alterações climáticas, a fim de incorporarem o desenvolvimento baseado no risco.
- Ter em conta os conhecimentos dos habitantes das cidades e dos cidadãos, prestando especial atenção à capitalização do saber-fazer do pessoal técnico ao nível do governo local, este aspeto é fundamental para uma melhor governação dos riscos.
- "Orçamentar o risco" - tal como na saúde e na doença humanas, a prevenção é mais eficiente em termos de custos para garantir a saúde, bem como para garantir ganhos de desenvolvimento.

Oferecer e promover soluções duradouras

- A manutenção e as reparações regulares devidas a razões x-y nas infra-estruturas põem em evidência as interdependências entre sectores diferentes, ou seja, a gestão dos resíduos sólidos, a drenagem e a saúde.
- Utilizar soluções baseadas na natureza para medidas de adaptação e preparação para as alterações climáticas
- Promover materiais disponíveis localmente para reduzir as dependências
- Associar a RIUD ao desenvolvimento económico local

Fortalecer a cooperação a vários níveis, entre países e entre cidades

- A funcionalidade sustentada das cidades exige uma coordenação para além das fronteiras e uma visão sistemática para manter essa funcionalidade através da interligação da adaptação às alterações climáticas e da DRR a várias escalas.
- Encontrar bases comuns para ultrapassar as barreiras de comunicação e consulta entre os governos nacionais e locais aquando a construção de infra-estruturas (sociais) e críticas.
- O grupo de trabalho sobre a RIUD, bem como outras iniciativas, são relevantes para garantir que os ganhos de desenvolvimento no sentido da Agenda 2030 possam ser sustentados.
- A Estratégia de Gestão de Riscos Urbanos e Resiliência do UNDP tem a ambição de alargar a lista de cidades em parceria, em cooperação com a MCR2030, a mais 30 cidades onde o conceito de RIUD pode ser uma

- componente chave para a abordagem da implementação das estratégias.
- O " Programa de Gestão Transformativa das Bacias Hidrográficas" de eThekwini foi considerado um bom exemplo de desenvolvimento informado sobre os riscos.
 - Os desafios ao bom funcionamento das infra-estruturas, ou seja, as espécies vegetais invasoras, podem ser transformados numa oportunidade de criação de emprego, assegurando o funcionamento sustentado das infra-estruturas críticas para as cidades e as suas redes.
 - O intercâmbio entre cidades, facilitado pelo GIZ, revelou a inovação de ambas as partes que colaboram, bem como o desenvolvimento de sinergias com outras cidades e fontes de co-financiamento.
 - As parcerias climáticas entre cidades devem incluir visões de desenvolvimento urbano e/ou desenvolvimento urbano informado sobre os riscos. Esses processos de visão devem ser realizados conjuntamente entre os parceiros de cidade para cidade e ser efectuados desde o início de cada parceria ao mais alto nível do governo local.

Lições aprendidas e conclusões

Os processos de envolvimento da RIUD revelaram questões fundamentais necessárias para melhorar o desempenho municipal numa gestão integrada e sustentável. De importância crítica é a necessidade de focar o reposicionamento municipal na melhoria da arquitetura para alcançar a robustez dos sistemas municipais e realizar a resiliência nos sistemas e processos municipais. Isto pode ser conseguido fundamentalmente através da melhoria da política municipal, da legislação, das configurações institucionais e organizacionais com um maior foco no desenvolvimento informado sobre o risco.

Isto deve-se à aceitação de que a tomada de decisões informada sobre os riscos é um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável e fundamental para evitar a criação de riscos. Por conseguinte, o desenvolvimento de capacidades para a tomada de decisões integradas e informadas sobre os riscos, salientando as dimensões horizontais e verticais e melhorando as estruturas necessárias de governação dos riscos a nível regional e mundial, capazes de estabelecer ligações com a redução dos riscos a nível nacional e local, de se informar sobre ela e de a orientar e apoiar, foi também considerado uma medida fundamental pela revisão intercalar do Quadro de Trabalho de Sendai 2015-2030 (UNDRR 2023), à qual deve ser dada importância.

Anexo 1: Sessões de especialistas para o RIUD e o Roteiro MCR2030

1. Desenvolvimento informado sobre os riscos: Garantir ganhos de desenvolvimento entre riscos multidimensionais
Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), Sr. Rajeev ISSAR
(Apresentação [LINK](#)); (Gravação [LINK](#))
2. Prosseguir um desenvolvimento urbano informado sobre os riscos que não deixe ninguém para trás
Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), Sr. Arghya SINHA ROY (ADB)
(Gravação [LINK](#)); (Resumo da sessão [LINK](#))
3. Aproveitar a plataforma INFORM como uma ferramenta para as autoridades nacionais conceberem as estratégias de DRR a diferentes níveis, do local ao nacional
Centro Comum de Pesquisa | Comissão Europeia (JRC), Dr. Karmen POLJANSEK
Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOCHA),
Dr. Andrew THOW, Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres
(UNDRR), Sra. Galiya IBRAGIMOVA
(Apresentação [LINK JRC](#), [UNOCHA](#), [UNDRR](#)); (Gravação [LINK](#)); (Resumo da sessão [LINK](#))
4. Modelação da exposição a múltiplos riscos: Técnicas de observação da Terra para avaliação do risco de perigos naturais
Centro Aeroespacial Alemão (DLR), Dr. Christian GEISS
(Apresentação [LINK](#)); (Gravação [LINK](#))
5. Redução de escala: Projetar os dados do GCM à escala da cidade com a avaliação do impacto cumulativo de múltiplas pressões no sector da água a nível municipal
Instituto Asiático de Tecnologia (AIT), Dr. Sangam SHRESTHA
(Gravação [LINK](#)); (Resumo da sessão [LINK](#))
6. Modelação da exposição: Caracterização automatizada de edifícios expostos com imagens ao nível da rua e aprendizagem profunda
Centro Aeroespacial Alemão (DLR), Mr. Patrick ARAVENA PELIZARI
(Apresentação [LINK](#)); (Gravação [LINK](#)); (Resumo da sessão [LINK](#))
7. Modelação de efeitos multiplicadores em redes
Universidade Técnica de Munique (TUM), Mr. Hugo ROSERO
(Gravação [LINK](#)); (Resumo da sessão [LINK](#))
8. Vulnerabilidade dinâmica
GFZ Centro Alemão de Pesquisa em Geociências (GFZ), Sr. Juan Camilo GÓMEZ-ZAPATA
(Gravação [LINK](#)); (Resumo da sessão [LINK](#))
9. Infra-estruturas críticas: Construindo a CAPACIDADE
Universidade de Ciências Aplicadas de Cologne (TUK), Sra. Johanne KAUFMANN, Sr.
Chris HETKÄMPER, Sra. Carlotta BAUER
(Gravação [LINK](#)); (Resumo da sessão [LINK](#))
10. A Ferramenta de Planeamento de Acções de Resiliência da Cidade (CityRAP-Tool) (em conjunto com a GIZ)
Gestão do risco de desastres Sustentabilidade e resiliência urbana (DIMSUR)
Sr. Nuno REMANE
(Apresentação [LINK](#)); (Gravação [LINK](#)); (Resumo da sessão [LINK](#))
10. Fundo para a lacuna de financiamento climático da cidade (em conjunto com DIMSUR)
Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) Sra. Vanessa BAUER
(Apresentação [LINK](#)); (Gravação [LINK](#)); (Resumo da sessão [LINK](#))
11. Painel de Controlo do MCR2030 e Cartão de Classificação da Resiliência a Desastres para as Cidades pelo UNDRR
Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), Sra.
Isabel Njihia
(Apresentação [LINK](#)); (Gravação [LINK](#)); (Resumo da sessão [LINK](#))

